



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Procedimento por **Concurso Público**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2008 de 31 de agosto, para:

“Prestação de Serviços para Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva Logística de apoio aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROGRAMA DE CONCURSO

Cláusula 1.^a - Objeto do concurso

1. O presente concurso público tem por objeto principal a celebração de um contrato para **“Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”**, a efetuar em conformidade e de acordo com as condições definidas no **Caderno de Encargos (Anexo C)**, ao presente Programa de Concurso, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante apenas identificado pela sigla CCP).

2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para Contratos Públicos), adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objetivo do presente procedimento tem a seguinte classificação: 92331100-1 Serviços de Feiras de atrações.

Cláusula 2.^a - Entidade adjudicante

A entidade pública contratante é o Município de Oliveira do Bairro, a quem os interessados no âmbito do presente procedimento devem dirigir as suas comunicações e cujos contactos são os seguintes: Praça do Município, 3770-851 Oliveira do Bairro, NIPC 501 128 840, com o número de telefone 234 732 100 e de telefax 234 732 112, com o endereço eletrónico cmolb@cm-olb.pt, website www.cm-olb.pt e plataforma eletrónica de contratação pública <http://www.acingov.pt>.

Cláusula 3.^a - Órgão competente para a decisão de contratar e fundamentação da escolha do concurso público

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de procedimento por Concurso Público, previstos nos normativos supra referidos, foi determinada por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de **28 de Abril de 2025**, tomada no âmbito de competência própria para autorização de despesas, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, artigo reprimado pela Resolução n.º 86/2011 de 11 de abril da Assembleia da República e do artigo 36.º do CCP e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do CCP.

Cláusula 4.^a - Preço Base

1. O preço base do presente procedimento para prestação de serviços é de **307.550,00 €** para o Evento **“Expobairrada”** e de **61.300,00 €** para o Evento **“Festa da Juventude”** o que perfaz um preço base total de **368.850,00 €**, acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, valor este que é o **preço máximo** que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela prestação dos serviços que constituem o objeto do contrato, de acordo com as condições previstas no CE, sendo excluída a proposta com preço superior ao referido.

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. O preço base referido no número anterior, ao abrigo do nº 3 do artigo 47.º do CCP, resulta da consulta preliminar ao mercado, bem como em valores resultantes de anteriores de procedimentos e de outros eventos similares realizados na região.

Cláusula 5.ª - Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento para prestação de serviços de **“Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”**, o Anúncio, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133º do CCP.

2. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças de procedimento. Para efeitos de apresentação de proposta ou envio de notificações/comunicações à entidade adjudicante, deverá ser possuidor de um pacote de selos temporais. Para ter acesso à plataforma da **acinGov**, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, selecionar **"Adira aqui"** (no topo da página).

4. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a **acinGov**. Para mais informações detalhadas contacte o *call center* da **acinGov**, através do número 707 451 451.

5. Todas as notificações e comunicações entre o Município de Oliveira do Bairro ou o Júri do procedimento e os Interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica **acinGov**, nos termos dos artigos 467º a 469º do CCP.

Cláusula 6.ª – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e no mesmo prazo, e apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do n.º 2 e 4 do artigo 50º do CCP.

2. Para efeitos do presente concurso, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;



Oliveira do Bairro câmara municipal

- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
3. A lista a apresentar ao órgão competente para decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 7 do artigo 378º do CCP.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite ou no presente programa de procedimento:
- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri do concurso no caso de delegação de poderes nos termos do n.º 2 do artigo 69º, 1.ª parte, do CCP, prestará(ão) os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.
6. O órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número 5 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP.
8. Os esclarecimentos e as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido, ou todos os interessados registados na plataforma, imediatamente notificados de tal facto.
9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 7.ª - Concorrentes

- 1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
- 2. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

referidas no artigo 55.º do CCP, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do artigo 53.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, sob a forma jurídica de consórcio.
7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b), c) e d) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

Cláusula 8.ª - Prazo de vigência

A prestação de serviços objeto do presente procedimento, será vigente nos seguintes períodos:

EXPOBAIRRADA:

A MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS [PALCO ORBITAL E GERADORES] DEVE ESTAR CONCLUÍDA ATÉ DIA 25 DE JUNHO E A DESMONTAGEM DEVERÁ OCORRER A PARTIR DO DIA 10 DE JULHO;

FESTA DA JUVENTUDE:

A MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS [PALCO ORBITAL E GERADORES] DEVE ESTAR CONCLUÍDA ATÉ DIA 16 DE SETEMBRO E A DESMONTAGEM DEVERÁ OCORRER DIA 23 DE SETEMBRO;

Cláusula 9.ª – Contagem dos prazos

1. Os prazos estabelecidos no presente programa do procedimento contam-se nos termos do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, com exceção do disposto no número seguinte, e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados

Cláusula 10.ª - Documentos da proposta

1. A proposta será instruída obrigatoriamente com os seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** previsto no nº 6 do artigo 57º do CCP na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 111-B/2017 de 31 agosto), **documento (DEUCP)** este que **deve ser obtido e preenchido** na área específica do **Portal da Comissão CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”**



Oliveira do Bairro câmara municipal

Europeia, através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/iter?lang=pt>

- b) **Proposta de Preço**, a ser **elaborada de acordo com o ANEXO B** junto ao presente **Programa de Concurso**, devendo indicar o **preço global**, sem incluir o IVA, devendo o preço ser indicado em algarismos e por extenso, **até ao máximo de três (3) casas decimais**, prevalecendo este em caso de divergência e ser expressamente mencionado que ao preço unitário indicado acresce, se for o caso, o IVA respetivo, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável;
 - c) **Lista de Preços Unitários, por evento**;
 - d) **Declaração de Mandato**, em caso de **representação**, deverá ser apresentada esta declaração emitida para o efeito, sob pena de exclusão;
 - e) **Certidão do registo permanente, código do acesso à mesma, ou documento equivalente**, que permita conferir o poder de representação e assinatura do assinante.
2. A proposta poderá ainda ser acompanhada dos seguintes documentos:
- a) **Declaração com referência a aspetos que, do ponto de vista dos concorrentes**, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços propostos;
3. O proponente **deverá assinar eletronicamente os documentos acima referidos nas alíneas a), b) e c)** e também, se for o caso, os documentos indicados nas **alínea d) e e)** e todos os demais documentos que associar à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º e 69.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo para o efeito utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
4. Para efeitos de autenticidade da assinatura eletrónica de todos os documentos, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial, nomeadamente, certidão de registo permanente, ou código de acesso ou documento equivalente, indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos para cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos concorrentes nos termos do artigo 66º do CCP.

Cláusula 11ª - Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, de acordo com o n.º 1 do artigo 58.º do CCP, ou, no caso de não o ser, deverá ser acompanhada da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. Os documentos que o proponente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podem ser redigidos em língua estrangeira.

Cláusula 12ª – Propostas variantes

Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP, nem são admitidas propostas parciais.

Cláusula 13ª – Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica localizada no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa acinGOV, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 62.º do CCP.
2. A proposta será instruída com os seguintes documentos a inserir na Plataforma Eletrónica acinGov., elaborada de acordo com o Anexo B e deverá ser constituída pelos documentos referidos no artigo 57.º do CCP;
3. A proposta e todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais conforme o estipulado no artigo 54.º, da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão da proposta nos termos do disposto no artigo 146.º do CCP. Sempre que a proposta seja assinada por um procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poder para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

Em caso de alguma dúvida, favor contactar o Call Center – 707 451 451

Cláusula 14.ª - Prazo de entrega da proposta eletrónica

1. As propostas deverão ser apresentadas até às 17h00m00s do 30.º (trigésimo) dia contado da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia,

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

não se incluindo na contagem o dia da publicação.

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas não se suspende nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 15.ª - Retirada da proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao Município de Oliveira do Bairro, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP. Tal facto não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo estipulado para apresentação da mesma. O modo de apresentação das propostas rege-se de acordo com o estipulado no artigo 62º do CCP.

Cláusula 16ª – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 17ª - Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na cláusula 6.ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

2. As retificações ou a aceitação de erros e omissões das peças do procedimento, referidas na cláusula 6.ª, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao prazo decorrido desde o início daquele prazo, até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

Cláusula 18ª – Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pela entidade competente para decisão de contratar.



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a condução da abertura do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

4. O funcionamento e as competências do júri são as previstas nos artigos 68.º e 69.º do CCP, podendo ser dispensado nos procedimentos em que seja apresentada apenas uma proposta nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do mesmo código.

Cláusula 19ª - Abertura das propostas, publicação da lista de concorrentes e consulta das propostas

1. A abertura das propostas será efetuada eletronicamente, pelo júri do procedimento, do 1.º dia útil seguinte à data-limite de entrega das propostas.

2. O júri disponibilizará no dia da abertura do concurso na plataforma eletrónica a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

Cláusula 20ª - Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 21ª - Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 22ª – Análise, avaliação das propostas e relatório preliminar

1. Na fase de apreciação das propostas e sempre que se considere necessário, para efeitos de análise e da avaliação das mesmas, o júri do procedimento pode pedir aos concorrentes, no prazo máximo de **5 (cinco) dias** procedam ao suprimento de irregularidades das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do n.º 3 do artigo 72º do CCP



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. Na sequência do disposto no número anterior, os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri deve solicitar aos concorrentes que no prazo máximo de **5 (cinco) dias** procedam ao suprimento de irregularidades das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência:
- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à da apresentação da proposta, incluindo as declarações dos Anexos I e V ao Código dos Contratos Públicos ou Documento Europeu Único da Contratação Pública;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do art.º 457º do CCP.
5. Na análise das propostas, o júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deva ser corrigido.
6. Os esclarecimentos e suprimentos de irregularidades das propostas solicitadas pelo Júri, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados, imediatamente, na plataforma acinGov, a todos os concorrentes.
7. Após a análise das propostas, o júri elabora um Relatório Preliminar fundamentado das mesmas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referidos no artigo anterior.
8. No relatório preliminar, o júri deve propor, fundamentadamente, as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, que revele alguma das deficiências previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Cláusula 23.^a - Audiência prévia e relatório final

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, concedendo-lhes o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia nos termos do artigo 147.º do CCP.
2. A audiência prévia aos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, neste caso, o disposto no artigo 125º do CCP.
3. Cumprido o disposto no ponto 1 ou decorrido o respetivo prazo, o júri elabora Relatório Final de Avaliação das Propostas, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
4. No caso previsto no ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
5. O relatório final e demais documentos que compõem o processo do presente concurso público serão enviados ao órgão competente para a decisão de contratar.
6. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Cláusula 24.ª - Dever de adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março.
3. O **número de compromisso** deverá constar na(s) fatura(s)/recibo(s) a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.
4. Não há lugar à adjudicação quando se verifiquem os pressupostos definidos no artigo 79.º do CCP.

Cláusula 25.ª - Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando se verifiquem os pressupostos do artigo 79º do CCP, que determina a revogação de ato de contratar, quando:
 - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou concorrente haja apresentado proposta sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70º, no que respeita às propostas;
 - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas.
3. A decisão de não adjudicação, determina a revogação da decisão de contratar
4. No caso da alínea c) do n.º 1 anterior é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Cláusula 26.ª - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação

1. A **Decisão de Adjudicação** é comunicada até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e n.º 1 do artigo 77.º do CCP, simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o **Relatório Final**.
2. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes à notificação da Decisão de Adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “Adjudicações”, os seguintes **Documentos de Habilitação** nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, e que constitui o **ANEXO D ao Programa de Procedimento**;
 - b) Documento comprovativo de Consentimento de Consulta de Declaração da Situação Contributiva de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do artigo 55.º, nos termos do artigo 83.º-A do CCP;
 - c) Documento comprovativo de Autorização para Consulta de Situação Tributária de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do artigo 55.º, nos termos do artigo 83.º-A do CCP;
 - d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP, retificada pela Declaração n.º 36-A/2017 da PCM, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva e com a inscrição do fim a que destina “Contratação Pública”;
 - e) No caso de se tratar de uma empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos de habilitação referidos nas alíneas anteriores, deve apresentar o respetivo comprovativo de inscrição na lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
 - f) Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

sociedade comercial, apresentar o Código de Consulta do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para cumprimento do disposto no artigo 36º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado em Anexo à Lei n.º 89/2017 de 21 de Agosto.

g) Documento de identificação dos outorgantes;

h) Outros documentos necessários à celebração do contrato, caso existam;

3. O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a **5 (cinco) dias úteis**, ao abrigo do previsto no n.º 2 do artigo 85º do CCP.

4. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

5. Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações, ainda que tal não conste no presente programa do procedimento.

6. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão com a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

7. Todos os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos em outra língua, sob pena de caducidade da adjudicação.

8. O adjudicatário tem 5 (cinco) dias úteis para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

9. Quando as situações previstas no do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, se verificarem por facto que não lhe seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional de, no máximo 5 (cinco) dias úteis, para a apresentação dos documentos de habilitação em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

10. Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário tem um prazo de máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação da entidade adjudicante, para apresentação dos documentos de habilitação resultantes do suprimento de irregularidades detetadas nos mesmos.

11. Nos termos do n.º 10 do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário fica dispensado da apresentação dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, se estiver registado no Portal Nacional dos Fornecedores do Estado, disponível em www.pnfe.impic.pt.

12. Quando o adjudicatário ou o subcontratado, for nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio poderá apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

13. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica acinGov, nos termos do disposto no artigo 85.º do CCP.

Cláusula 27.ª – Força probatória dos documentos de habilitação

1. As entidades adjudicantes devem aceitar como prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP a apresentação de um certificado de registo criminal ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos.

2. As entidades adjudicantes devem aceitar como prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP um certificado emitido pela entidade competente.

3. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nos números anteriores ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

Cláusula 28.ª - Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

a) No prazo fixado no presente programa de procedimento.

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP e no n.º 7 da cláusula 25.ª do presente programa do procedimento.
- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se o programa do procedimento dispuser diferentemente e estabelecer a suficiência da redação dos documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo não superior a 5 dias, para que pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no número 1, se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 29ª – Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida na adjudicação e no prazo fixado;
- b) Não compareça no dia, hora e locais fixados para a outorga do contrato.

2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade competente para autorizar a despesa pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar

Cláusula 30.ª – Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. A entidade adjudicante aprova a minuta do contrato a celebrar em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do artigo 98.º do CCP.

2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99º do CCP.

3. Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

4. Da minuta do contrato deve ainda constar a identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 31.^a – Ajustamentos ao conteúdo do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Cláusula 32.^a – Notificação e aceitação da minuta do contrato

1. Nos termos do artigo 100.º do CCP, a minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no ponto anterior.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos previstos nos artigos 101.º e 102.º do CCP.

Cláusula 33.^a - Reclamação da minuta do contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à rejeição da reclamação apresentada.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Cláusula 34.^a – Notificação dos ajustamentos ao contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Cláusula 35.^a - Redução do contrato a escrito

1. O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, tal como dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Cláusula 36.^a – Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104.º do CCP, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP e no presente Programa de Procedimento.
- d) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do CCP

2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato

Cláusula 37.^a – Representação na outorga do contrato

- 1. Na outorga do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, a representação do Município de Oliveira do Bairro cabe ao seu órgão competente.
- 2. A competência prevista no número anterior para a representação do Município de Oliveira do Bairro na outorga do contrato pode ser delegada nos termos gerais.

Cláusula 38.^a - Não outorga do contrato

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos nos n.ºs 5 e 6 da Cláusula 7.^a.

Cláusula 39.^a – Representação na outorga do contrato

- 3. Na outorga do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, a representação do Município de Oliveira do Bairro cabe ao seu órgão competente.
- 4. A competência prevista no número anterior para a representação do Município de Oliveira do Bairro na outorga do contrato pode ser delegada nos termos gerais.

Cláusula 40.^a -Informações sobre o procedimento

CONCURSO PÚBLICO para “Prestação de Serviços para a Realização dos Espetáculos Musicais e respetiva logística aos eventos – Expobairrada e Festa da Juventude”



Oliveira do Bairro câmara municipal

1. A entidade adjudicante conservará, pelo prazo de quatro anos a contar da data da celebração do contrato, todos os documentos relativos ao procedimento de formação que permitam justificar todas as decisões tomadas e fornecer à Comissão Europeia as informações que esta solicitar sobre o mesmo, nomeadamente:
 - a) A decisão de escolha do procedimento e respetivos fundamentos;
 - b) A identificação dos concorrentes;
 - c) O teor das propostas apresentadas;
 - d) A decisão de adjudicação e respetivos fundamentos;
 - e) Os fundamentos da eventual exclusão de propostas;
 - f) As eventuais causas de não adjudicação;
 - g) O objeto do contrato e o respetivo preço contratual.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a todas as notificações e comunicações.

Cláusula 41ª - Legislação aplicável

Ao presente procedimento e, bem assim, em todo o omissivo no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Caderno de Encargos que preside ao concurso e no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação atualizada de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e nos termos das Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro, e na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, Declaração de Retificação n.º 25/2021; Decreto-Lei n.º 78/2022; Decreto-Lei n.º 54/2023 e na restante legislação especialmente aplicável.

Lista de Anexos ao presente Programa de Procedimento:

Anexo A – Documento Europeu Único de Contratação Pública - DEUCP

devendo o mesmo ser obtido e preenchido na área específica do Portal da Comissão Europeia, através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/Iter?lang=pt>

Anexo B – Modelo da Proposta

Anexo C – C.E. - Caderno de Encargos

Anexo D – Modelo de Declaração do Adjudicatário



Oliveira do Bairro câmara municipal

Paços de Concelho de Oliveira do Bairro, 6 de Maio de 2025

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO A

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto]

Este **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** este documento **deve ser obtido e preenchido** na área específica do **Portal da Comissão Europeia**, através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/iter?lang=pt>



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO B

Modelo da Proposta

(Modelo a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 9.ª do presente Programa de Concurso)

_____ (indicar nome, estado civil, profissão e morada), em representação (1) de _____ com sede (1) em _____, pessoa coletiva n.º _____(1), matriculada (1) na Conservatória do Registo Comercial de

_____ sob o n.º _____, com o capital social (1) de _____ €, com o NIF _____, obriga-se a executar a prestação objeto do presente procedimento, no prazo de _____, em conformidade com o CE - Cadernos de Encargos, pelo preço de _____ € (_____ euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro que aprovou o CCP (Código dos Contratos Públicos), na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, preço este que não inclui o IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Mais declara que no preço proposto acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 50.º do CCP.

Ao preço mencionado incidirá o imposto do IVA - Imposto Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____, _____ de _____ de 202_

_____ [assinatura (3)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2). No caso de o concorrente ser uma pessoa singular eliminar os dados solicitados. (3). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.